



Nova directiva sobre Serviços Financeiros

A Comissão Europeia aprovou uma proposta de revisão da directiva sobre Serviços Financeiros que poderá vir a permitir, num futuro próximo, a compra e venda de títulos sem a intermediação das bolsas de valores. A internalização das ordens insere-se num conjunto mais vasto de medidas tendo em vista a criação de um mercado financeiro

único, previsto para 2005.

A nova versão da directiva, que terá ainda de ser aprovada pelos Estados-membros e pelo Parlamento Europeu, estabelece, também, diferentes regras para determinadas transacções, que envolvem nomeadamente a obrigatoriedade de pré-divulgação de algumas operações. Segundo o comissário

Europeu Frits Bolkestein, esta proposta de directiva, que irá substituir a actual que remonta a 1993, **«visa tornar possível que os prestadores de serviços de investimento possam efectivamente exercer a sua actividade em todos os países da União Europeia, mantendo a adequada protecção aos investidores».** ■

Acesso a novos programas de financiamento

O programa plurianual da União Europeia para a empresa e o espírito empresarial visa proporcionar às empresas, e em especial às PME, um enquadramento mais favorável no acesso a diversos programas de financiamento. Com esse objectivo, o Fundo Europeu de Investimento (www.eif.org) disponibiliza, através de intermediários financeiros, três diferentes opções.

O mecanismo de garantia a favor das PME incentiva a concessão de empréstimos a estas empresas, partilhando o risco com intermediários financeiros através de contragarantias ou de co-garantias.

O segundo instrumento financeiro disponibilizado pelo Fundo – **apoio ao arranque do Mecanismo Europeu para as Tecnologias** – apoia peque-

nas empresas com potencial de crescimento em fase de arranque, investindo em fundos especializados, que, por sua vez, fornecem capital de risco às PME.

O terceiro e último instrumento financeiro – **acção de capital-semente** – destina-se a fundos ou incubadoras de empresas em que o próprio Fundo Europeu de Investimento tenha investido. ■

Resolução extrajudicial de litígios

A Comissão Europeia publicou um novo guia dirigido aos consumidores sobre a FIN-NET, a rede extrajudicial de reclamações transfronteiriças no domínio dos serviços financeiros. A rede FIN-NET possui três objectivos fundamentais:

- proporcionar ao consumidor um acesso rápido e informado à resolução extrajudicial de litígios transfronteiriços;
- assegurar uma troca de informações eficaz entre os sistemas europeus, de modo a que as reclamações trans-

fronteiriças possam ser tratadas do modo mais rápido e eficiente possível;

- assegurar que os sistemas extrajudiciais de resolução de litígios dos diferentes países do Espaço Económico Europeu apliquem um conjunto comum de garantias mínimas.

A FIN-NET disponibiliza uma base de dados interactiva (<http://finnet.jrc.it/en/>) onde poderão ser obtidas informações relativas aos sistemas aderentes, nomeadamente sobre:

- a estrutura e a competência dos sistemas;

- a natureza das suas decisões;
- os prazos a respeitar e os limites das indemnizações;
- os encargos (caso existam);
- o prazo médio de resolução de um litígio;
- as línguas que podem ser utilizadas no âmbito do procedimento. ■

Coordenação:

Nuno Gama de Oliveira Pinto

Professor Universitário, Consultor e Auditor Externo da Comissão Europeia (IP/UNIVAB/DG Empresa), Doutor em Gestão (Univ. Aberta).
E-mail: nopgest@mail.pt